

Ocaso do liberalismo e renascimento do radicalismo: Junho de 2013 sob a perspectiva dos sistemas-mundo de Wallerstein⁵⁹.

Daniel de Campos Antiquera⁶⁰

“O centro não pode agüentar”⁶¹

Introdução

Os levantes de junho de 2013 no Brasil são um fenômeno ainda a ser melhor compreendido, tanto em suas causas como em seus desdobramentos. O desafio se torna maior pelo fato de a extensão e intensidade dos mesmos terem sido surpreendentes e inesperados. Também a composição social não foi homogênea e, talvez o principal ponto de perplexidade, não foram frutos de uma organização política que dirigiu todo o processo, seja em seus métodos, mobilização ou objetivos. Poucas pessoas questionariam, no entanto, que aquele movimento gerou frutos que já se evidenciam politicamente: a recolocação das ruas como espaço da política e uma revitalização da ação direta. Na primeira dimensão, a crise política e econômica que atravessa o país desde 2015 parece dar continuidade à prática de ocupação das ruas por um grande número de pessoas, revitalizada pelas jornadas de junho; e na segunda, as ocupações de escolas são um exemplo significativo (seus próprios protagonistas referem-se à influência das experiências de junho)⁶².

O objetivo desta reflexão é pensar se aquele processo político pode ser lido de uma perspectiva histórico-estrutural específica, como é a dos sistemas-mundo, e assim também trazer a economia política internacional para interpretar o processo. Do ponto de vista teórico significa pensar se este processo pode ter uma significação maior e mais regular do que ser uma excentricidade, ou particularidade incomparável, fazer uma leitura não apenas conjuntural e episódica do fenômeno, mas refletir sobre se eles podem ser indicadores de elementos mais estruturais da sociedade e políticas contemporâneas. Possíveis ganhos compreensivos seriam o destaque de elementos que ajudem a explicar causas profundas (não apenas conjunturais ou nacionais) do fenômeno, bem como identificar desdobramentos mais duradouros.

59 Trabalho apresentado originalmente no I Encontro de Economia Política Internacional da UFRJ (ENEPI), “As dinâmicas do Poder e a Riqueza no mundo contemporâneo”, ocorrido entre 11 e 13 de maio de 2016. Agradeço os comentários de Carlos Eduardo Martins.

60 Professor do Departamento de Relações Internacionais da UFPB.

61 Verso do poema “The Second Coming”, de Yeats, citado por Wallerstein (2002:135).

62 PRONZATO, 2016.

As interpretações mais recorrentes referem-se à demanda por políticas públicas; à crise da democracia representativa e do sistema partidário e eleitoral; à uma forma de expressão de uma classe média que cresceu numericamente nos últimos anos e foi uma das beneficiárias do aumento do poder de consumo e de políticas de expansão do crédito; da presença da juventude; além de uma miscelânea ideológica que vai do radicalismo anarquista dos Black Blocks, passando pela crítica de setores ricos à carga tributária, um nacionalismo conservador e a demanda de setores mais pauperizados por políticas públicas de melhor qualidade. Este trabalho pretende não substituir estas explicações, mas sim acrescentar a elas uma perspectiva histórico estrutural como é a dos sistemas-mundo. Como esta abordagem não é comum para se discutir as jornadas de junho, este trabalho pretende, destacando elementos nem sempre observados, ser uma modesta contribuição a uma melhor compreensão do fenômeno.

Do ponto de vista da organização do trabalho, ele fará uma breve síntese de algumas leituras típicas de junho de 2013, acrescentando aí alguns comentários do próprio Wallerstein. Posteriormente o trabalho procurará buscar nas obras do autor os elementos teóricos da perspectiva dos sistemas-mundo que poderiam ser mobilizados para se construir esta visão estrutural do processo, para no fim apontar algumas considerações finais.

1. Leituras de Junho de 2013

Os levantes de junho de 2013 são geralmente tratados como uma novidade histórica, no Brasil, no sentido de que: questionariam o aspecto pacífico e passivo da população, significariam a retomada das ruas como espaço de manifestação política e também derrubariam a imagem do país que deu certo:

Em duas semanas o Brasil que diziam que havia dado certo – que derrubou a inflação, incluiu os excluídos, está acabando com a pobreza extrema e é um exemplo internacional- foi substituído por outro país, em que o transporte popular, a educação e a saúde públicas são um desastre e cuja classe política é uma vergonha, sem falar na corrupção. Qual das duas versões estará certa? É claro que todos esses defeitos já existiam antes, mas eles não pareciam o principal; e é claro que aqueles méritos do Brasil novo continuam a existir, mas parece que já não dão a tônica. O espírito crítico, que esteve fora de moda, para não dizer excluído da pauta, teve agora a oportunidade de renascer. A energia dos protestos recentes, de cuja dimensão popular ainda sabemos pouco, suspendeu o véu e reequilibrou o jogo. Talvez ela devolva à nossa cultura o senso da realidade e o nervo crítico. (Roberto Schwarz in VARIOS AUTORES, 2013)

Eles geraram efeitos imediatos e concretos, sendo o principal deles a redução das tarifas, a reprovação acachapante da PEC 37⁶³, o anúncio de 5 pactos pelo governo federal e a

⁶³ Proposta de retirada do poder de investigação do Ministério Público.

queda brusca na popularidade da presidente Dilma Rousseff⁶⁴. O quadro abaixo mostra alguns dos resultados.



Fonte: G1 Brasil (disponível em <http://g1.globo.com/brasil/linha-tempo-manifestacoes-2013/platb/>)

Embora os efeitos dos levantes não tenham sido apenas aqueles imediatos, e justamente este trabalho discute possíveis efeitos mais duradouros, estas conquistas diretas são inegavelmente uma dimensão fundamental do ocorrido:

A mais rápida, expressiva e surpreendente vitória popular de que se tem notícia em nosso país? Quem o diz não são os manifestantes mais envolvidos, mas a própria grande imprensa, num raro e único momento de perplexidade confessa.” (Paulo Arantes in VARIOS AUTORES, 2013)

O elemento político imediato é fundamental. A resposta à queda de popularidade foi a proposição de alguns pactos pelo governo federal:

- 1º. pela responsabilidade fiscal, para garantir estabilidade da economia e o controle da inflação;
- 2º. constituinte exclusiva para a reforma política e maior combate à corrupção;

64 Em março de 2013 a aprovação chegou ao auge, em torno de 65% (datafolha) de bom ou ótimo, no início de junho era ainda de 57% e foi a 30% após os protestos, maior queda entre uma pesquisa e outra desde Collor. Cf FOLHA DE SÃO PAULO 2013b.

- 3°. Saúde: mais médicos, mais unidades e mais vagas para graduação e residência;
- 4°. mobilidade urbana e transporte: ampliar a desoneração da União para o diesel – promessa de mais de 50 bilhões em obras de mobilidade urbana;
- 5°. 100% dos royalties do petróleo e 50% dos royalties do pré-sal para a educação.

Estas propostas não tiveram efeito significativo seja na melhoria da popularidade do governo federal, seja em qualquer mudança mais expressiva nas questões envolvidas com as manifestações. De princípio, o primeiro ponto é uma reafirmação, pelas palavras-chave e prioridades que revelam, de uma política econômica ortodoxa e financista, oposta em tudo à dimensão dos investimentos públicos demandados nas ruas. Muito significativo o fato de vir em primeiro lugar. A proposta de constituinte exclusiva, convocada por plebiscito, foi logo abandonada, substituída pela de uma proposta a ser aprovada por referendo, que também não prosperou⁶⁵. Sem ela, a segunda parte da proposta, de aumento do combate à corrupção, fica incompleta, contraditória e com potencial devastador e não construtivo. Isto porque o próprio sistema político/eleitoral é fonte de corrupção, assim, potencialmente, este combate deveria desestabilizar qualquer poder constituído, sem levar com isso à indicação de outra institucionalidade e cultura políticas. A forma casuística e não sistêmica, estrutural, de tratar o problema é incompleta e sujeita a todo tipo de parcialidade e arbitrariedade, além de reforçar a ênfase nos indivíduos e, pior, na avaliação moral de indivíduos ou de um ou outro partido. A contradição está em que um governo que dê condições para ampliação do combate à corrupção está ele próprio sujeito a seus efeitos, afinal a chegada ao poder e sua manutenção estão inseridos neste *modus operandi*. Os outros três pontos também não apontam para reformas estruturais e políticas públicas mais sistemáticas: são investimentos que podem diminuir, ou mesmo desaparecer facilmente.

Na visão de Iasi (2013), os pactos propostos são “patéticos” e “uma enfática afirmação que tudo deve continuar como estava”. A perspectiva do autor é a de que os levantes representam o amadurecimento de uma consciência de luta e desejo de transformações profundas, fruto das contradições da própria vida na cidade, espaço da sociabilidade capitalista. A resposta, seja do realismo da política de conciliação de classes dos governos petistas, seja da truculência da repressão de governos mais à direita, não estaria à altura do momento e das demandas: “aqueles que se apegarem às velhas formas serão enterrados com elas”.

65 Ainda no primeiro discurso após o anúncio do resultado das eleições de 2014 a presidente voltou a falar em reforma política, mas não houve qualquer iniciativa substancial neste sentido. A trajetória dos debates em torno da Reforma Política a partir de 2013 pode ser visto em CARTA MAIOR (2015).

O tema da crítica às velhas formas da política é muito importante na análise do processo, e também tem repercussões para a reflexão deste trabalho. Alguns dados estatísticos já dão sinais importantes. Pesquisa sobre o perfil dos manifestantes na Av. Paulista sobre as eleições presidenciais indicam que, enquanto as intenções de voto para Dilma nacionalmente eram de 49%, entre os manifestantes era de apenas 10%! A oposição tradicional (PSDB) também não tinha qualquer simpatia: 5% entre os manifestantes. O dado importante é que a segunda opção mais escolhida foi branco/nulo/nenhum, com 27% (contra 6% nacionalmente). Acima desta, com 30% (contra 8% nacionalmente) só a intenção de voto em Joaquim Barbosa (alguém de fora do sistema partidário tradicional, e que ganhou fama no processo do Mensalão como paladino contra a corrupção). E na sequência, em terceiro lugar, com 22%, as intenções em Marina Silva, também auto proclamada alternativa à oposição tradicional entre as forças políticas dominantes no país⁶⁶.

O mal estar entre a juventude e as forças (e formas) políticas predominantes é apontado também por aqueles que destacam o uso de novas tecnologias de comunicação como instrumentos de outra forma de sociabilidade, de se fazer política, uma demanda por uma possibilidade de expressão e protagonismo que o sistema político em vigor não permite. Abramovay (2014:144) é mais otimista quanto ao papel das redes na politização das pessoas, e na importância político-social das manifestações virtuais. Já Sakamoto (2013) é mais ponderado, considerando que parte das massas que se somaram aos protestos veio dos chamados pelas redes sociais (e com alguns cacoetes originados ali), mas por outro lado não se trataria de um pessoal politizado (seja à direita ou à esquerda): “... um gigantesco grupo formado principalmente de jovens, precariamente informado, desaguou subitamente nas manifestações de rua, sem nenhuma formação política, mas com muita raiva e indignação” (op.cit:98)⁶⁷.

De uma perspectiva mais coletiva, o Movimento Passe Livre aponta o surgimento de outras formas de organização, menos hierarquizadas, com radicalidade das ações e descentralizadas (MPL:2013), em oposição à tendência de aparelhamento pelos grupos partidarizados, que procurariam se colocar como lideranças, negociar com o poder público, desmobilizar os protestos e, em última instância, monopolizar o sentido das manifestações. A oposição entre as instâncias e os instrumentos políticos tradicionais e a radicalidade do

66 Dados de FOLHA DE SÃO PAULO, 2013a.

67 Iasi (2013:44) tem uma visão mais cética sobre o papel dos meios: “Aqui se localiza o atual culto fetichizado dos meios, segundo o qual a atual explosão de insatisfação popular ocorrida Brasil afora em junho de 2013 teria sido determinada pelo uso de novos meios convocativos, como as redes sociais na internet.”.

movimento denunciaria o papel de partidos considerados de esquerda, de fazerem mediações entre os extremos e assim colocarem-se como instrumentos da ordem. Os conflitos de junho, neste sentido, representariam o rompimento da ideologia como forma de acomodação à realidade desigual, à lógica do possível pela realidade existente (IASI:2013). Seria o rompimento de um “consenso” entre a “direita” e a “esquerda”:

Até o próximo round, quando outros atores finalmente entrarem em cena, saberemos se as Jornadas de Junho começaram de fato a desmanchar o consenso entre “direita” e “esquerda” acerca do modus operandi do capitalismo no Brasil. Há vinte anos o país se tornou uma tremenda fábrica de consentimento, todos empenhados em se deixar esfolar com fervor. Batemos no teto? É o que a derrapagem histórica que detonou todo o processo sugere. (Paulo Arantes in VARIOS AUTORES, 2013)

Lincoln Secco (2013) discute o problema da representatividade e considera que as estruturas partidárias tradicionais não tiveram capacidade de direcionar os movimentos de protestos massivos. Para ele a questão não se relaciona apenas ao Brasil, mas seria uma questão mais geral. Na verdade, para o autor, o fenômeno diz respeito a uma recuperação do protagonismo das cidades nos movimentos de transformação, a partir de do fim dos anos 1960:

O século XXI começou na Primavera Árabe em 2011. Depois que as cidades perderam sua condição revolucionária provisoriamente para as grandes revoluções camponesas do século XX, as revoluções urbanas voltaram à luz do dia. Na Europa, o ano de 1968 assinalou isto. Mas também a Xangai de 1967, que, esta sim, sinalizava o ingresso do Terceiro Mundo na dinâmica revolucionária do centro. Agora estamos finalmente diante de revoltas em países de industrialização periférica. Obviamente, cada uma delas é diferente entre si. As revoltas no sul da Europa, em Istambul ou no mundo árabe respondem a problemas domésticos. A pergunta a se fazer é: por que, sendo tão diferentes, guardam entre si um ar de familiaridade? São revoltas disseminadas pelas redes virtuais, nas quais as pessoas agem como singularidades, mas o conjunto é construído pela reação calculada dos donos do poder e da informação. Assim, sua potencialidade revolucionária pode ser cooptada, como foi visto anteriormente. (SECCO:2013).

A colocação das cidades como o centro dos problemas que geram os movimentos é abordada por diferentes obras⁶⁸, destacando os problemas urbanísticos como moradia, privatização e supressão dos espaços e dimensão públicos, mobilidade. Para Macedo (2014), o crescimento enorme da população urbana, sem crescimento correspondente de investimentos, gera problemas de infra-estrutura, mobilidade, saneamento. Neste cenário, ganharia força o questionamento das opções e ineficiência dos gastos públicos, como no caso de grandes obras. Reys (2014) menciona a questão dos megaeventos (copa e olimpíadas), associadas à destinação de vultuosas verbas para obras com utilidade pública questionável, esquemas pouco democráticos com empresas, entidades e empresas patrocinadoras, mas também a

⁶⁸ Por exemplo GOHN (2014) e VÁRIOS AUTORES (2013).

aprovação de legislações de repressão e criminalização de movimentos sociais e manifestações políticas, em nome da segurança⁶⁹. Para João Pedro Stedile (2014), a juventude⁷⁰ que está nas cidades teve algum acesso à educação superior, mas não a correspondente melhora em termos de emprego e renda. As cidades se transformaram num inferno pela especulação imobiliária e a falta de investimentos em transporte público, marcada pela falta de espaços de participação política protagônica para esta juventude.

De uma forma mais geral, Harvey (2014) caracteriza a demanda pelo direito à cidade, como espaço público no lugar de apropriação privada para o lucro de pouquíssimos (as cidades globais, divididas entre ilhas de riqueza e ostentação e as favelas e periferias), está na ordem do dia e marca diversos movimentos de resistência pelo mundo, abrindo a perspectiva de esta demanda por direitos ganhar contornos revolucionários.

Mas o que realmente sabemos é que a hora é agora. O sistema não está somente enfraquecido e exposto, mas também incapaz de qualquer resposta que não seja mais repressão. Por isso, nós, o povo, não temos outra opção que não seja lutar pelo direito coletivo de decidir como esse sistema será reconstruído e com que cara. O Partido de Wall Street teve seu tempo, mas facassou miseravelmente. A construção de uma alternativa por cima de suas ruínas representa tanto uma oportunidade quanto uma obrigação inevitável que nenhum de nós pode e nem deve jamais querer evitar. (HARVEY, 2014:285)

Ele escreveu este texto antes de junho de 2013, mas a análise projeta-se para o caso, e dialoga diretamente com a perspectiva de que as revoltas urbanas apontariam para limites estruturais do sistema capitalista, ou seja, que a luta pela cidade seria uma dimensão fundamental da luta contra o capital (e portanto da própria luta de classes), mesmo que ela não enfatize demandas trabalhistas ou conflitos diretamente manifestos nas relações de produção (HARVEY, op.cit.: 216-226).

Leituras como de Secco e Harvey destacam a possibilidade de se analisar em conjunto os levantes de diferentes países neste começo de século XXI. Para SORJ (2014), por outro lado, os protestos no Brasil se diferenciariam daqueles de outros países por um motivo fundamental: não teriam uma bandeira central, mas sim diversas demandas de natureza distinta e em alguns casos até contraditórias. Ele chama a atenção para o fato de os protagonistas comporem um setor endividado (pelo aumento das políticas de crédito), sem o

69 O tema da segurança, da repressão e criminalização dos movimentos sociais também é destacada por Kahn (2014) e SOUTO MAIOR (2013).

70 A maior parte das análises destaca o fato de os manifestantes serem fundamentalmente jovens. Pesquisa divulgada pela Folha de São Paulo (FOLHA DE SÃO PAULO: 2013a) mostra que 51% tinham até 25 anos, e 82% menos de 35 anos. Apenas 5% tinham mais do que 50 anos. Schimitt (2014) acrescenta um argumento “demográfico”: com o envelhecimento da população, a juventude estaria perdendo importância quantitativa. Nos protestos esta juventude teria sido capaz de “compensar suas perdas demográficas quantitativas com inegáveis ganhos qualitativos e simbólicos” (op. cit: 152).

benefício de políticas de transferência de recursos, alta carga tributária sem benefícios com os gastos públicos. Apesar de notar a semelhança dos fenômenos⁷¹, e assentir que possam ter tido influências entre si (SORJ, 2014:87), ele dá maior ênfase às especificidades de cada caso, sem muita aposta numa explicação mais estrutural:

Alguns comentaristas procuram relacionar o acontecido no Brasil e em outros lugares a uma crise de modelo civilizatório, à impossibilidade de manter uma cultura consumista que alimenta uma insatisfação impossível de ser saciada, além de destruir o ambiente. Esse diagnóstico pode ser verdadeiro como ‘pano de fundo último’ do mal-estar que atravessam as sociedades capitalistas contemporâneas. Porém, como explicação é insuficiente para compreender os motivos e as demandas pelos quais os manifestantes foram às ruas em cada contexto concreto: menos desigualdade, nos Estados Unidos; por emprego e contra os despejos, na Espanha; pelo ensino gratuito, no Chile; contra a corrupção, no Brasil; contra a investida islamizante do governo, na Turquia; por justiça social, em Israel; ou pela derrubada de regimes autoritários, no Oriente Médio (...) Dadas as diferenças de contexto e motivação, as conseqüências das manifestações no Brasil e no mundo não são facilmente comparáveis, em especial quando nos encontramos no interior de um ciclo que não acabou.. (Op.Cit: 96)

Maria da Gloria Gohn (2014) concorda que cada movimento, em cada país, tenha suas especificidades, e que não possuem uma bandeira em comum. Mas eles teriam alguns elementos comuns, como a faixa etária (são movimentos da juventude), a forma de comunicação, que se apropria das novas tecnologias, e a ocupação das praças e espaços públicos tidos como espaços do capital. Para ela, os efeitos de todos são muito significativos: uma mudança nas pautas e discursos. E recorre à análise de Castells, segundo o qual estes diferentes movimentos, com diferentes bandeiras, constituiriam um mesmo movimento global e coletivo, de caráter mais social do que político, e que estariam na base de mudanças profundas, por realizarem mudanças culturais, base para a transformação de poder⁷².

Independente das diferenças de abordagens, o fato de se olharem os levantes do Brasil de 2013 como tendo similaridades com outros de diferentes lugares já traz uma dimensão (de interrogação) estrutural: por que acontecem movimentos com características comuns em lugares e realidades tão diferentes? Quais elementos aparecem em cada um deles como indicadores de fenômenos não apenas locais ou nacionais? Em que medida dimensões estruturais/ sistêmicas podem ser úteis para compreendê-los?

2. Apontamentos de Immanuel Wallerstein

71 Ele menciona Chile, Turquia, Israel, Estados Unidos, Oriente Médio e Europa.

72 Esta noção de mudanças culturais como base para transformação do poder, apesar de colocada em outra chave analítica, por Castells, dialoga diretamente com a perspectiva de Wallerstein discutida neste trabalho.

O próprio Wallerstein (2013) já colocou a leitura dos levantes de junho de 2013 no Brasil ao lado de outros como os da Primavera Árabe, Turquia e Bulgária, como expressões de um período de transição sistêmica que teria se iniciado em 1968. Ele reconhece que cada um tem suas particularidades, ligadas à correlação de forças em cada país, mas destaca os aspectos comuns que devem ser olhados “se quisermos dar sentido ao que está acontecendo...”. Ou seja, para Wallerstein, o sentido destes levantes está em seus aspectos comuns, e não em suas diferenças. As características comuns seriam:

- 1) O fato de as manifestações começarem pequenas e se tornarem massivas. Não só o governo, mas o Estado passa a ser questionado. Em geral estes levantes começam à esquerda. Os governos em geral respondem com repressão ou algumas concessões. Ambas são improdutivas – a repressão traz mais gente às ruas e as concessões motivam o aumento das demandas. Mas ele destaca que em geral os governos optam mais pela repressão do que pela concessão.
- 2) Os levantes não se estendem muito no tempo. Por vários fatores, eles acabam refluindo, diminuindo de intensidade, o que não significa, para Wallerstein, uma derrota do movimento.
- 3) Apesar de refluírem, os levantes deixam um legado. Trazem questões à importantes à agenda pública, estimulam o sentimento de inconformismo e ceticismo com a verborragia dos governantes
- 4) As pessoas que aderem ao movimento, em especial os que o fazem mais tarde, não necessariamente o fazem pelos motivos iniciais, mas os pervertem, trazendo um sentido conservador e à direita. Também criticam o governo, mas não por terem posições democráticas ou de respeito aos direitos humanos
- 5) Os levantes estão inseridos nas disputas geopolíticas globais. Assim, as grandes potências intervêm apoiando grupos e bandeiras associados a seus interesses contra grupos e governos que possam contrariá-los. Por isso é indispensável esclarecer que papel aquele processo tem no sistema mundo como um todo.

Apesar de vários autores, como visto, apontarem as semelhanças entre as manifestações no Brasil e em outros lugares, Wallerstein coloca este aspecto como central, e não apenas mais uma perspectiva de abordagem dos fenômenos. Ou seja, para se compreender junho de 2013 não é apenas interessante comparar com outros processos, mas sim a chave explicativa principal. Os pontos em comum remeteriam ao sentido do todo: um processo de

crise sistêmica iniciado em 1968. Aliás, ao se referir a 1968 (e também 1848), Wallerstein tem uma leitura bastante parecida do formato e desenvolvimento deste tipo de irrupção:

A revolução de 1968, assim como a de 1848, deve ser analisada em duas etapas: os acontecimentos imediatos e as conseqüências, e os efeitos de longo prazo. (...) Inflamou-se muito rapidamente (e, é claro, de uma forma mais global que em 1848), e queimou-se quase com a mesma velocidade. Mas, no longo prazo, seus efeitos abalaram o sistema. (WALLERSTEIN, 1998: 43)

Para ele, este tipo de levante teria esta estrutura comum de surgirem rapidamente, de uma forma muito incisiva, e reflúem também em curto período de tempo, mas gerando efeitos estruturais, para além das conseqüências mais imediatas e locais.

No entanto, esta vinculação entre os levantes do século XXI (em especial o de junho de 2013, que é o objeto deste trabalho) e a transição estrutural não é desenvolvida pelo próprio autor, que só a menciona. Em outras palavras, ao comentar sobre as manifestações, ele não explica pela sua teoria os movimentos, como os postulados teóricos podem ser úteis para se compreender tanto os pontos em comum entre os processos, como também aspectos que são apontados pelos estudos de um só caso, como, por exemplo, a radicalidade, a descrença nas instituições e crítica aos padrões político- partidários, os limites das reformas propostas, a busca de novas formas de organização, o aumento da repressão, o aparecimento de um conservadorismo mais radical e explícito etc.

Nos pontos de 1 a 4 mencionados acima, por exemplo, não aparece qualquer referência à estrutura do sistema-mundo ou a qualquer de seus desdobramentos conceituais. O último ponto, sobre as disputas geopolíticas globais, está mais explicitamente referido à perspectiva mundial sistêmica, mas ainda assim não há um desenvolvimento sobre como estas disputas aparecem num momento de transição e se manifestam especificamente como respostas a estes levantes. No caso das manifestações de junho de 2013 este desenvolvimento seria importante, embora difícil, pois não está clara a relação das grandes potências com os protestos, até porque os próprios movimentos tiveram um perfil bastante heterogêneo. De que forma específica os grupos ou governos poderiam contrariar interesses das grandes potências em 2013 que justificariam um apoio aos protestos em massa? Como concretamente teria se dado este apoio?⁷³ Que papel teria junho de 2013 no sistema mundo como um todo? Isto não está

73 A constatação de que a partir de um determinado momento a grande mídia (particularmente a Rede Globo) mudou radicalmente de posição, deixando de denegrir e passando a exaltar e incentivar os protestos, num intuito claro de desestabilização do governo federal, não resolve o problema. Isto não enquadra os protestos automaticamente como tendo um papel no sistema mundo nem nas disputas geopolíticas globais. No caso da Primavera Árabe, por exemplo, talvez esta conexão com os interesses das grandes potências seja menos difícil de se estabelecer, embora ainda assim precisaria de uma explicação consistente. Moniz Bandeira (2013, 2016) tem pesquisado o papel dos EUA nestes processos, mas não há nada conclusivo sobre os levantes de 2013 no Brasil.

de forma nenhuma esclarecido, e mesmo o papel concreto dos EUA no processo precisa ser melhor compreendido⁷⁴. Sem explicações mais específicas e desenvolvidas, pode parecer que os casos sejam apenas exemplos da tese geral da transição estrutural, qualquer processo podendo ser colocado nesta condição.

Como já dito acima, os apontamentos em geral do autor sobre junho de 2013 não foram desenvolvidos, de forma a conectar sua teoria e conceitos à explicação específica deste processo. O que esta reflexão pretende é justamente buscar elementos que possam contribuir com esta vinculação entre a perspectiva mundial sistêmica do autor e a compreensão dos levantes de junho de 2013 no Brasil. O elemento explicativo central, da perspectiva dos sistemas mundo, é a decadência do liberalismo como visão de mundo hegemônica, e o consequente reasenso de posições políticas mais extremadas, o que estaria ligado a um limite econômico do desenvolvimento do sistema.

3. Ascensão e queda da hegemonia do liberalismo

As três bases do Moderno Sistema-Mundo Capitalista

Se Wallerstein situa os protestos de junho de 2013 num contexto de transição estrutural, é preciso resgatar as características desta estrutura, para então entender o que estaria mudando e como manifestações como a do Brasil poderiam ser parte deste processo mais amplo. Para o autor (2005), o moderno-sistema mundo tem três pilares: a sua espinha dorsal, que é a economia-mundo capitalista; o sistema interestatal; e a geocultura liberal. De forma bastante sintética, é importante definir cada um deles para refazer a estrutura teórica a ser utilizada para a explicação dos levantes de junho de 2013.

O primeiro aspecto, a economia- mundo capitalista, estrutura-se a partir do século XVI, e significa que há uma grande zona geográfica em que existe uma divisão do trabalho, e um significativo fluxo de bens, capital e trabalho. Ela é capitalista pelo fato de ter como prioridade a acumulação incessante de capital. Esta busca incessante de acumulação de capital se dá em função justamente da divisão do trabalho (consolidada com a expansão geográfica), e é fundada em oposições entre valores defendidos e a realidade do funcionamento do

⁷⁴ Inclusive porque parte dos protestos se volta, como visto, às grandes obras voltadas aos mega eventos (copa do mundo e olimpíadas), os privilégios de importantes empresas e marcas internacionais nestes contratos, a repressão policial e, na sequência, a aprovação de lei que de combate ao crime organizado, que faz referência ao terrorismo. Todos estes aspectos indicam uma colaboração e não uma oposição entre os governos brasileiro e norte americano.

sistema. Basicamente, o sistema elege a livre concorrência como valor fundamental, mas o lucro e a acumulação de capital se dão por meio da busca pelos monopólios, nunca completamente realizada. Portanto, o sistema expande-se com a formação dos quase-monopólios, e contrai-se quando a competitividade aumenta. Esta movimento dá origem aos ciclos descritos por Kondratieff de expansão (fase A) e contração (fase B), que duram entre 50 e 70 anos cada, a depender das políticas adotadas por cada Estado para evitar as fases B. Wallerstein considera os quase- monopólios praticamente suicidas, e em sua atuação causam sempre danos cada vez maiores aos sistemas produtivos e à sociedade em geral. Uma parte importante deste processo de busca incessante de acumulação é a necessidade de trabalhadores com salários e direitos menores em algumas regiões do sistema- mundo, que permitam algum aumento de salários nos países centrais (para retomar a demanda) sem prejudicar completamente a lucratividade. Aí aparece a outra oposição, entre o valor do universalismo, e a realidade da exclusão, fundada em normas anti-universalistas, como o sexismo, o racismo, a xenofobia, o colonialismo etc. A binômio divisão do trabalho e anti-universalismo é fundamental para o sistema-mundo capitalista.

O segundo pilar, estruturado a partir do século XVII, seria o sistema de Estados relativamente autônomos, reivindicado soberania, e buscando aumentar seu poder por meio da burocracia pública (civil e militar). É fundamental destacar a relação entre os Estados e as empresas. Aquele exerce autoridade sobre 7 áreas de interesse destas: regras sobre intercâmbios de mercadorias, capital e trabalho e em que condições podem cruzar suas fronteiras; direito de propriedade intelectual; regras trabalhistas; impostos; custos que as empresas devem assumir; quais setores podem ser monopolizados, e por quanto tempo; atuar internacionalmente para proteger as empresas. Portanto, os Estados (e o sistema de Estados) são fundamentais para a acumulação de capital. Segundo Wallerstein, o lucro quase nunca diz respeito apenas à eficiência, mas também, especialmente, com a assistência estatal. Desta relação entre os Estados e as empresas surge a competição e a hierarquização entre os mesmos, de forma que sempre há algum ocupando o papel hegemônico, outros uma posição periférica, e outros ainda uma semiperiferia do sistema. Esta divisão estrutural também é fundamental para a acumulação de capital. E surgem daí os ciclos hegemônicos, com a sucessão de Estados a ocupar o papel central e principal.

O terceiro pilar do Moderno Sistema-Mundo, que ele chama de geocultura⁷⁵ liberal, consolidou-se no século XIX, a partir de 1848. Seria uma perspectiva de centro, como resposta aos extremos do conservadorismo e do radicalismo. O conservadorismo seria contrário à proclamação de igualdade da Revolução Francesa, postulando diferenças essenciais entre os indivíduos e daí a manutenção de privilégios. O radicalismo, por sua vez, seria a reivindicação de direitos efetivos, de uma democracia realmente popular, para além da igualdade formal. O liberalismo caracterizaria-se pela noção da modernização racional conduzida pelo Estado, da normalidade (e deseabilidade) da mudança gradual, da soberania popular e do voto, de algumas concessões em termos de direitos (como o Estado de Bem Estar) e, no plano internacional, autodeterminação, soberania e desenvolvimento. O embate entre o liberalismo e a democracia se deveria ao fato de, por um lado, “na medida em que o liberalismo é a defesa do governo racional, baseado no julgamento informado dos mais competentes, a igualdade se lhe apresenta como um conceito nivelador, antiintelectual e inevitavelmente extremista” e, por outro, “a democracia implica precisamente desconfiar dos especialistas, dos competentes – de sua objetividade, de seu desinteresse, de sua virtude cívica”. (WALLERSTEIN, 2002b:132)

Em poucas palavras, o liberalismo seria um conjunto de promessas (contrárias em princípio à visão de mundo conservadora - desigualdade, e contrárias de fato à demandas dos radicais - igualdade). Seu predomínio, a partir da repressão rápida e violenta das revoluções dos trabalhadores e das nacionalistas de 1848, significa que os conservadores teriam aberto mão da manutenção das coisas como eram, e os radicais teriam acreditado nas promessas do liberalismo. Em suma, para o autor as três ideologias teriam convergido para a centralidade do Estado, e seu fortalecimento⁷⁶. E o Estado é a materialização da perspectiva liberal: mudança conduzida por “especialistas”, de forma “racional” (amparada por burocracias), soberania popular, mas representativa. Mas, principalmente, internamente a idéia de cidadania é contrária aos desejos de diferenciação dos conservadores, e ao mesmo tempo amparada na exclusão dos não cidadãos (contra os planos de igualdade dos radicais). Internacionalmente, significaria a crença na autodeterminação dos povos e no desenvolvimento. Na prática o Estado estaria fundado na exclusão de grupos internos e de estrangeiros.

⁷⁵ Importante destacar que, para Wallerstein (2000b:272), a palavra cultura é usada como o sistema de idéias da economia mundo capitalista, voltado para lidar com suas contradições, justificar suas inequidades e mantê-las num mundo em permanente mudança.

⁷⁶ Cf Wallerstein (2002:107-108).

Estes três pilares do Moderno Sistema-Mundo teriam funcionado muito bem entre 1848 e 1968. Para o autor, o liberalismo teria sido bem sucedido principalmente porque o socialismo (ou radicalismo) teria aberto mão das mudanças radicais, e assim, se tornado a fonte principal de sustentação do sistema, ao representar a esperança das massas excluídas de que poderia haver reformas que as contemplassem, e sempre contidas pela estratégia dos dois passos: chegar ao poder do Estado, para depois mudar o mundo. Mas

Um dia, ficaria inevitavelmente claro que a metade do bolo jamais se tornaria o bolo inteiro, pois se as forças populares recebessem o bolo inteiro, o capitalismo não poderia mais existir. E, neste dia, a Velha Esquerda, os avatares radicais/socialistas do liberalismo, perderiam inevitavelmente sua credibilidade. (WALLERSTEIN 2002b:75)

No princípio do Século XX, a Revolução Russa teria revitalizado a perspectiva radical, mas não demorou a passar por um processo de desradicalização, a partir da perspectiva da revolução num só país e da adaptação à competitividade econômica e por poder, que é a lógica de comportamento no sistema internacional⁷⁷. No plano internacional, a versão do voto popular e do Estado de Bem Estar Social seriam os equivalentes aos princípios da autodeterminação dos povos e do desenvolvimento.

O auge deste sistema teriam sido os 25 anos após a Segunda Guerra Mundial, quando há as experiências do Estado de Bem Estar Social, a descolonização, com a crença na possibilidade de desenvolvimento, uma enorme expansão econômica (“a fase A mais espetacular da história da economia mundo capitalista”), e a chegada ao poder de vários partidos ou movimentos de esquerda, nacionalistas ou populistas.

A crise a partir do fim dos anos 1960 e suas consequências

Entre 1967 e 1973, a Economia-Mundo teria entrado em uma fase B, de retração econômica, e ela foi acompanhada por abalos nos dois outros pilares do Sistema: uma crise de hegemonia dos EUA e, principalmente, uma Revolução (1968)⁷⁸ que destronaria o predomínio tranquilo da geocultura liberal: “o liberalismo não desapareceu em 1968, mas perdeu, isso sim, seu papel de ideologia definidora da geocultura” (WALLERSTEIN, 2002a:145)

O centro da revolução de 1968 teria sido a crítica do sistema mundo dominado pelos EUA, mas em conluio com seu “oponente retórico”, a URSS, e crítica da perda do caráter transgressor da Velha Esquerda. A revolução teve efeitos duradouros, o principal deles sendo

77 Cf Wallerstein (2002: 110-11).

78 Cf Wallerstein (2000: 355-375).

“a destruição do consenso liberal e a libertação tanto dos conservadores como dos radicais do canto da sereia do liberalismo” (WALLERSTEIN, 2002b:76). Na sua leitura, teríamos voltado ao cenário de 1815-1848, com a disputa entre as três ideologias. O conservadorismo apareceria “... frequentemente sob o falso nome de neoliberalismo. E se mostrou tão forte que, longe de mostrar-se hoje como um avatar do liberalismo, é o liberalismo que começa a se apresentar como um avatar do conservadorismo.” (id.ibidem). O radicalismo/socialismo tentou se renovar com diferentes tipos de maoísmo do começo dos anos 1970, e os movimentos da “Nova Esquerda” (Verdes, movimentos de identidade, feminismo radical, e outros). O colapso dos comunismos da Europa oriental e da URSS teria sido o último suspiro do falso radicalismo. No entanto, notar que, diferente do conservadorismo, o autor não aponta o surgimento de um novo e verdadeiro radicalismo, sistemático, contundente, com um programa claro. Então, o cenário que se desenha é sombrio no sentido de que a extrema direita tem tido mais avanços e clarezas do que a extrema esquerda. De qualquer forma, o mais importante aqui é a consequência do ressurgimento dos extremos a partir de 1968, seja à direita, seja à esquerda.

O autor (2002b: 77-78) sintetiza as consequências políticas das dificuldades da economia mundial deste período em dois pontos :

- 1) Descrédito da velha esquerda, dos antigos movimentos anti-sistêmicos: movimentos de libertação nacional do mundo ex-colonial, movimentos populistas da América Latina, partidos comunistas da Europa (ocidental e oriental) e dos movimentos sociais democratas/trabalhistas da Europa Ocidental e da América do Norte. A maioria deles achou que, para sobreviver eleitoralmente, teriam que se tornar mais centristas – com isso o apoio de massas declinaria consideravelmente.
- 2) As populações voltaram-se contra o Estado, incentivadas pela direita em ascensão, mas não quer dizer que comungam com o projeto conservador, e sim que descreditaram na melhoria via reformas conduzidas pelo Estado. “A atitude anti-Estado se reflete não apenas na rejeição do papel do Estado na redistribuição econômica, mas também numa visão negativa geral dos níveis de tributação e da eficácia e motivação das forças de segurança do Estado. Reflete-se igualmente numa detração ativa renovada dos especialistas/peritos que por tão longo tempo foram os intermediários da reforma liberal. Expressa-se num desprezo abertamente crescente pelos procedimentos legais e, sem dúvida, na criminalidade como forma de protesto.” E a questão seria cumulativa, porque as pessoas passariam a incentivar segurança privada (e poderíamos falar em outros serviços, como o de

saúde), ficariam mais reticentes a pagar os impostos, e o Estado se enfraqueceria ainda mais e teria mais dificuldade de cumprir suas funções.

Este cenário político de descrença no Estado e nas tradicionais organizações e movimentos da esquerda seria ainda mais grave pelo fato de a fase B que se inicia nos anos 1970 seguir a fase A mais pujante da história do sistema, de forma que a decepção e as demandas seriam muito maiores.

(...) o que essa fase B de Kondratieff deixou claro foram os limites dentro dos quais o chamado desenvolvimento econômico das nações subdesenvolvidas pode ocorrer. A industrialização, mesmo quando possível, não era um remédio per se. Pois a maior parte da industrialização das zonas periféricas e semiperiféricas foi uma industrialização de segunda mão, deslocamento de atividades que não podiam ser mais monopolizadas e por isso não tinham mais a capacidade de gerar as taxas de lucro muito altas da antiga zona central nos países receptores. (op. Cit: 76,77)

Ao falar dos limites do desenvolvimento, Wallerstein equivocou-se ao tratar do “dependentismo marxista”. Para o autor, este seria um contraponto à teoria da modernização assim como a teoria leninista seria ao wilsonismo⁷⁹, ou seja, contrapontos não contraditórios: “Mais uma vez, ambos os conjuntos de teorias envolviam recomendações específicas sobre políticas públicas, embora na prática estas tenham sido diametralmente opostas. Os dois grupos de assessores profissionais confiavam em que, se os governos implementassem suas recomendações, o desenvolvimento nacional viria mesmo e os respectivos países conseguiriam superar o atraso.” (WALLERSTEIN, 2002a: 123, 124). Nada pode ser mais distante dos postulados da teoria marxista da dependência, inclusive tratá-los como assessores profissionais que recomendam políticas públicas capazes de levar ao desenvolvimento. Talvez o autor esteja se referindo à obra de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, e ainda assim ela não se resume a isso. Este tipo de simplificação enfraquece muito a argumentação, pois parece forçar a barra para sustentar a tese de que a visão liberal/ centrista seria hegemônica até o fim dos anos 1960, e assim não haveria contestação à crença no desenvolvimento. Qualquer contato mínimo, por exemplo, com a obra de Ruy Mauro Marini, Theotonio dos Santos ou Vânia Bambirra (estes sim situados na perspectiva marxista da dependência) seria suficiente para notar que não havia qualquer crença no desenvolvimento (como resultado de políticas públicas específicas).

A questão aqui está em saber o quão fundamentais são estas distorções para a tese central do autor. Ou seja, se é possível descartar estas simplificações (no mínimo imprecisas)

79 A propósito, a própria simplificação dos conflitos ideológicos entre liberais, socialistas e conservadores no Século XX como “pseudo batalhas”, “oposição retórica”, ou o socialismo como “avatar do liberalismo” são alvo de crítica às teses do autor (Fiori, 2002)

e manter a estrutura explicativa. Com relação ao ponto específico dos limites ao desenvolvimento, por exemplo, não é apenas sua teoria que aponta para isto. A própria teoria da dependência, em suas várias versões, discute o tema. Mais adiante, Arrighi (1997) e Kurz (1992)⁸⁰ também endossam esta perspectiva. E o ponto importante é que estes limites do crescimento econômico estariam associados a uma demanda que não cessaria, pelo contrário, só aumentaria. E isto se refletiria num contexto bastante explosivo após 1989, com alguns parâmetros dentro dos quais as decisões políticas são tomadas:

(...) o primeiro é a desilusão profunda, mundial, com a Velha Esquerda histórica, na qual incluo não só os partidos comunistas, mas os partidos social-democratas e os movimentos de libertação nacional. O segundo é a ofensiva maciça para desregular as restrições ao movimento de capital e mercadorias e dismantelar simultaneamente o Estado de Bem-Estar Social. Esta ofensiva é às vezes chamada de 'neoliberalismo'. O terceiro é a polarização econômica, social e demográfica constantemente crescente do sistema-mundo, a qual a ofensiva liberal promete alimentar ainda mais. O quarto elemento é o fato de que, apesar ou por causa de tudo isso, a exigência de democracia – de democracia, não de liberalismo- está mais forte do que sempre foi em todos os tempos na história do sistema-mundo moderno. (...) O aspecto quiçá mais importante é que a força do sentimento democrático nunca foi tão grande (...) Esta força pode ser observada em três reivindicações específicas, cuja operação pode-se ver em todo o mundo: mais verbas para a educação, mais assistência de saúde, piso de renda mínima mais elevado. Ademais, o patamar mínimo aceitável veio aumentando constantemente, sem nunca diminuir ou recuar. Isto, é claro, está em choque profundo e frontal contra a política de dismantelamento do Estado de Bem-estar Social, e radicaliza consequentemente o potencial de conflito social agudo- por um lado, sob a forma de uma mobilização operária relativamente espontânea (ocorreu na França, por exemplo⁸¹) ou, por outro lado, e mais violentamente, sob a forma de rebeliões civis (como aconteceu na Albânia...). (WALLERSTEIN, 2002b: 134, 135)

Por isso a tendência de conflitos, sejam internos, sejam globalmente entre o norte e o sul. Neste sentido, os levantes como os do início do século XXI seriam expressão desta combinação entre desilusão com as promessas de inclusão e ascensão social, e limites econômicos a satisfazer as demandas e políticas conservadoras, que conjugam arrocho econômico (e concentração dos ganhos nas finanças) e repressão.

Do ponto de vista geopolítico, a crise do poder norte americano não se caracterizaria por uma simples substituição do Estado hegemônico por outro (ou seja, pela passagem de um ciclo hegemônico para outro dentro do mesmo Sistema-Mundo). As respostas norte americanas à crise (violência, racismo, guerra, retirada de direitos individuais e flexibilização do estado de direito, intervencionismo, agressividade na competição econômica) apenas

80 Por vias e fundamentos distintos, a tese de Kurz converge com a de Wallerstein de que o colapso da URSS não significaria a vitória, mas sim a crise e início da derrocada do sistema capitalista.

81 O artigo originalmente é de 1997.

agravariam o processo de débâcle, sem que outra potência apresente-se como apta a substituí-lo como fiadora da ordem internacional (cf WALLERSTEIN, 2004)⁸².

Do ponto de vista econômico, a questão crucial é o fato de, para o autor, haver limites para uma recuperação econômica global substancial. Isto se deveria a diversos motivos

- 1) Um sistema de competitividade mais visceral (portanto mais difícil de se consolidarem os quase-monopólios fundamentais à acumulação de capital). Para ele, inclusive, a Guerra Fria não seria neste sentido um sistema realmente bipolar, mas sim o que se seguiria a ela, com um conflito menos político, mas mais acirrado economicamente.
- 2) Em termos de investimento, com a contração da fase B, sobrarão muito menos para o resto do mundo (ele apostava, em 1995, na concentração dos investimentos na Rússia e China). Com relação ao Sul global, pode ser que o processo de desenvolvimento continue numa nova fase A, mas as demandas econômicas aumentarão.
- 3) Brecha demográfica (entre o Norte e o Sul) e pressão migratória (do Sul para o Norte), o que gerará enormes conflitos.
- 4) Revolta das classes médias que se beneficiaram e sofrerão com o arrocho necessário para a competitividade (o autor refere-se aos países centrais, mas poderíamos estender o argumento para os periféricos).
- 5) Restrições ecológicas, que significam diminuição das possibilidades de externalização de custos e diminuição da base ecológica para a expansão econômica.
- 6) A possibilidade de o fim da fase B se dar por um colapso deflacionário.
- 7) Dificuldade de expansão real e efetiva da demanda.
- 8) Necessidade de um investimento produtivo considerável, a ser alocado desproporcionalmente no Norte e aumentando a marginalização do Sul.
- 9) Desruralização do mundo, o que “eliminou virtualmente o mecanismo compensatório tradicional de abrir novas zonas de produção primária, e

82 A tese da decadência do poder norte americano é outra das críticas feitas por Fiori (2002): “(...) Wallerstein resiste a ver o que hoje é um consenso: a partir da década de 1980, os Estados Unidos recuperaram a vanguarda tecnológica em quase todos os setores decisivos da economia, e não apenas no campo estratégico-militar, impondo ao mesmo tempo o dólar como a moeda de um novo sistema monetário internacional, sem base metálica ou padrão de referência que não seja o próprio poder americano”. Este debate tem atualizações a partir da crise do fim dos anos 2000, mas não será feito aqui, pois para este trabalho esta questão não é central. O que é mais importante é pensar porque a estrutura do sistema mundo, para Wallerstein, levaria a uma conflituosidade social maior, e potencialmente massiva e radical.

portanto o custo mundial da mão-de-obra vai aumentar em detrimento da acumulação de capital”.

- 10) Aumento da demanda popular por serviços estatais, apesar da “virada anti-Estado”, principalmente em função do aumento da classe média no Sul, com um custo altíssimo para garantir o nível de consumo
- 11) Sul se tornará mais turbulento e aumentará o nível de desordem global.
- 12) Colapso da Velha Esquerda acaba com as forças de moderação mais efetivas das forças desintegradoras do sistema.⁸³

Todos estes elementos se combinariam para dificultar uma nova fase de expansão econômica global. Por isso, para Wallerstein, a “prolongada” fase B iniciada em 1967/1973 ainda não teria terminado⁸⁴:

The world-economy entered into a long stagnation over the next thirty to forty inglorious years (1970s-2012+). This period was marked by growing indebtedness (of more or less everyone), growing unemployment worldwide, and growing retreat for many, perhaps most, investors from the stock market to the safety of the bond markets, most notably to U.S. Treasury Bonds. (WALLERSTEIN, 2012)

O ponto central, para o autor, não é a reivindicação de investimentos e serviços públicos, mas sim a incapacidade de o Estado corresponder a estas demandas. Para ele, então, neste período de crise, o Estado não seria o principal veículo de ação, mas sim um obstáculo. Fiori⁸⁵ critica esta perspectiva:

Não fica muito claro nesta estratégia defendida por Wallerstein, o que as forças anti-sistêmicas ou de esquerda deveriam fazer durante os próximos 50 anos de ‘transição’, com relação às necessidades materiais dos ‘condenados da terra’ que forem incapazes de se globalizar, ficando ‘recluídos’ dentro dos atuais Estados nacionais. (...) Ou seja, as redes de dominação imperial e das altas finanças se globalizam, mas os espaços de luta dos trabalhadores, pobres e excluídos segue delimitado pelas fronteiras dos estados nacionais. As ‘causas’ são internacionalistas, mas as lutas e conquistas fundamentais se dão território por território, estado por estado, onde os pobres da terra são ‘estocados’, e onde se geram e acumulam os recursos capazes de alterar a distribuição desigual da riqueza e do poder entre os grupos sociais. (FIORI, 2002)

Esta sim é uma controvérsia central para a discussão deste trabalho: se a direção dos movimentos anti-sistêmicos deve ser pelo fortalecimento dos Estados ou para sua

83 Cf WALLERSTEIN (2002a:41-49, 2002b: 80-81).

84 A delimitação dos ciclos é outra das polêmicas teóricas. Carlos Eduardo Martins (em comentários à apresentação oral deste texto), por exemplo, considera que teria havido uma fase A mais curta, na primeira década.

85 Carlos Eduardo Martins apresentou, no comentário a este trabalho, crítica semelhante. Para ele, inclusive, os protestos de junho de 2013 refletiam a demanda por mais Estado. Na verdade, este ponto específico não é inteiramente contraditório com a perspectiva de Wallerstein, pois a demanda é por mais políticas públicas e direitos. O problema seria a incapacidade de o Estado as prover.

transgressão. Isto se reflete também na própria questão organizacional (e que aparece nos levantes de 2013, como visto inicialmente). Para Wallerstein,

a esquerda mundial acreditou nos últimos duzentos anos que isto significa ação altamente coordenada, de preferência dentro de uma única estrutura hierárquica, acreditando ser essa a forma de ação mais eficaz, talvez a única. Penso que essa premissa já provou estar errada. (WALLERSTEIN, 2004:246).

O autor não nega, por exemplo, a importância circunstancial das eleições e da necessidade de se escolherem pragmaticamente as opções menos piores. No entanto, isto não deveria ser o centro das ações ou preocupações da esquerda. E, após as eleições, entendidas como momento defensivo, deve-se partir para uma ofensiva em termos de demandas sobre os governos eleitos, por mais saúde, educação, renda. Aliás, para o autor,

Os movimentos populares não devem poupar destas exigências os governos de esquerda que elegeram. Só porque um governo é mais favorável do que um governo declaradamente de direita, isso não significa que devemos nos conter. Pressionar os governos mais favoráveis empurra as forças da oposição de direita para o centro-esquerda. Não pressioná-los empurra os governos de centro-esquerda para o centro- direita. (op. cit: 261)

Em síntese, esta demanda se daria num contexto de alta competitividade (e portanto tendência a limites na lucratividade), aumento de custos, arrocho, financeirização. Por isso, o reascenso dos extremos seria uma consequência não apenas de uma fase B (de contração), mas sim do esgotamento das possibilidades de uma fase A que recupere a expansão e cumpra as promessas e satisfaça as demandas. Mas o problema central não é meramente econômico. “A diferença nos próximos 25 a cinquenta anos não estará tanto no funcionamento do mercado mundial, e sim no funcionamento das estruturas políticas e culturais”. (WALLERSTEIN, 2002a: 269)

Esta é uma chave interessante para se pensar a retomada das ruas no Brasil a partir de 2013, com alto grau de crítica à ordem vigente, e inclusive manifestações incisivas à direita e à esquerda. Evidentemente, a perspectiva teórica apresentada acima não explica todos os elementos dos protestos de junho, mas traz alguns elementos interessantes para conectá-los a uma leitura estrutural-sistêmica. Claro também que algumas controvérsias, imprecisões e lacunas precisam ainda ser preenchidas, mas o esforço aqui foi contribuir para o início deste debate, não sua conclusão.

Considerações finais

Da perspectiva dos sistemas-mundo, o radicalismo dos levantes de junho não se deveria à ação dos Black Blocks, embora fosse um de seus elementos. Mas o ponto principal

seria sem dúvida a crítica à ineficiência do Estado, aos partidos e às organizações políticas. Ou melhor, a descrença nestas instituições e em sua capacidade de canalizar e viabilizar as demandas. Os entraves a um projeto de desenvolvimento, (conduzido pelo Estado, como capacidade de prover a população com direitos básicos, bem como um crescimento econômico sustentável), embora não apareçam como formulação consciente, também aparecem nas insatisfações. Por outro lado, aparece nas manifestações o oposto ao radicalismo, e também concorrente com o liberalismo: o conservadorismo. Este vai agregar à crítica ao Estado (expressa na forma de crítica à “política”, ao tributos, à ineficiência), bandeiras regressivas quanto aos direitos e liberdades civis: volta da ditadura, contra a liberdade sexual (e a tolerância à diversidade), contra o “vandalismo” das manifestações políticas, pelo aumento da repressão, contra os pobres, e reacendendo um patriotismo autoritário e com traços xenófobos. A resposta do centro, capitaneada pelo próprio governo federal, foi acenar com a reforma política e algumas outras medidas capazes de indicar algumas possibilidades de atendimento das demandas. Esta mesmo se mostrou completamente inviável, e a política econômica caminhou no sentido contrário ao aumento de investimento público e gastos sociais.

O grande problema é que, se as manifestações apontaram o renascimento do radicalismo, delas não saiu um programa à esquerda, mas sim à direita. Além dos partidos, a direita tem diversos e muito eficazes meios de organização, como os meios de comunicação, só para ficar num exemplo evidente. A rigor, inclusive, os movimentos não podem ser chamados de anti-sistêmicos. Talvez, pelo contrário, devam ser caracterizados justamente como movimentos sistêmicos, ou seja, são derivados da crise sistêmica e sua manifestação e não tem como objetivo incidir sobre a estrutura sistêmica mundial. O próprio Wallerstein indica, ainda nos anos 1990, que a maioria dos movimentos não teria a princípio qualquer concepção ou programa, mas eles podem começar a formulá-los assim que perceberem a inviabilidade de suas demandas.

A maior incógnita é se aparecerá agora uma nova família de movimento de oposição ao sistema, com uma nova estratégia, forte e flexível o bastante para ter influência determinante no período 2000-2025. (WALLERSTEIN, 2002a: 53)

A grande questão é como construir um programa. Para o autor, o tema seria o da democratização radical, ampliação à participação e acesso, contra a xenofobia, racismo, machismo etc. No entanto, como formular mais clara e concretamente este programa e, principalmente, como lutar por ele sem as organizações políticas como concebemos. Não se trata apenas de ter uma boa ideia, sua implementação, o que é um problema político

fundamental. Ele indica (2004:246-247) que o caminho estaria na construção de coligações amplas, plurais, para além do parlamento, e nos mais variados níveis, do local ao global. E como seria a substituição do Estado como eixo central da vida econômica, política e social? Nada disso está sequer esboçado. Pelo menos não à esquerda.

The new movements however not offered a fully coherent alternative strategy. A coherent alternative strategy is still today to be worked out. It will possibly take ten to twenty more years⁸⁶ to do so. (WALLERSTEIN, 2000a: 373)

Antes de chegarmos a conclusões apressadas, é preciso refletir melhor sobre as possíveis diferenças entre os postulados teóricos e os processos empíricos que analisamos. Por exemplo, não vemos no Brasil, em particular em junho de 2013, a formação de grupos identitários ou de demandas muito específicas como a forma de manifestação política predominante ou mesmo tendencial (algo que o autor aponta como uma das tendências contemporâneas). Não vemos, principalmente à esquerda, uma descrença tão grande no Estado, embora um forte desconforto generalizado e algumas críticas. Na América Latina, nunca tivemos um predomínio de uma visão liberal no sentido da normalidade da mudança, da afirmação da burguesia (com seu ideário contra os setores mais reacionários) e da revolução nacional⁸⁷. É preciso analisar melhor em que medida isto pode ser um problema para a análise de Wallerstein aqui exposta, ou se é possível ajustar a análise com a incorporação de conceitos mais precisos e adequados à realidade da América Latina. O papel dos EUA nas manifestações de junho também precisam ser melhor compreendidos, bem como o sentido deste movimento na geopolítica global.

Também não é incontestável que estejamos num período de transição, nem de crise final do capitalismo⁸⁸. Mas boa parte dos acontecimentos de junho de 2013 e os posteriores reforçam o argumento do autor de que o centro é incapaz de predominar nos tempos em que vivemos... A proposta de generalização da terceirização, aumento da repressão e da violência (incluindo leis anti-terrorismo), a tentativa de redefinição do trabalho escravo, a dívida pública inviabilizando investimentos (e o veto presidencial à auditoria da dívida por um governo de centro-esquerda), bem como o crescimento de tendências fascistas ou

86 O artigo é originalmente de 1989, portanto o autor acreditava que entre 1999 e 2009 poderia surgir uma estratégia alternativa coerente para enfrentar o cenário. Apesar do entusiasmo do autor com o que ele chama de “espírito de Porto Alegre” (referência ao Fórum Social Mundial. WALLERSTEIN, 2004: 259) os textos mais recentes, inclusive nos que analisa os levantes, mostram que isto ainda não aconteceu.

87 Cf, por exemplo, FERNANDES (1968).

88 Esta é mais uma polêmica estabelecida por Fiori (2002).

semifascistas, e também da intolerância de diversas naturezas, só reforçam os argumentos do autor.

Referências bibliográficas

- ABRAMOVAY, Pedro. “Entrevista”. In BORBA, Maria; FELIZI, Natasha e REYS, João Paulo (orgs) . Brasil em movimento – reflexões a partir dos protestos de junho. Rio de Janeiro: Rocco, 2014
- ARRIGHI, Giovanni. A ilusão do desenvolvimento. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.
- CARTA MAIOR. Reforma Política: manifestações de junho de 2013 deram o grande impulso ao debate. Disponível em <http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Reforma-politica-manifestacoes-de-junho-de-2013-deram-o-grande-impulso-ao-debate/4/32983> , 2015, acesso em 16/5/2016.
- FERNANDES, Florestan. “O Desenvolvimento como problema nacional” In Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Zahar, 1968
- FIORI, José Luis. Wallerstein traça programa para uma nova esquerda. Disponível em <http://cartamaior.com.br/?/Coluna/Wallerstein-traca-programa-para-uma-nova-esquerda/20823> , 2002, acesso em 16/5/2016.
- FOLHA DE SÃO PAULO. Perfil dos manifestantes. São Paulo: Datafolha, 2013a. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/infograficos/2013/06/19024-datafolha-perfil-dos-manifestantes.shtml> , acesso em 16/5/2016.
- _____. Popularidade de Dilma cai 27 pontos após protestos. São Paulo: Datafolha, 2013b Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/06/1303541-popularidade-de-dilma-cai-27-pontos-apos-protestos.shtml> , acesso em 16/5/2016.
- GOHN, Maria da Glória. Manifestações de junho de 2013 no Brasil e Praças dos Indignados no mundo. Rio de Janeiro: Vozes, 2014
- HARVEY, David. Cidades Rebeldes – do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014
- IASI, Mauro. “A rebelião, a cidade e a consciência”. In Vários Autores. Cidades Rebeldes – passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Carta Maior e Boitempo, 2013
- KAHN, Tulio. “A segurança pública e as manifestações de junho de 2013”. In FIGUEIREDO, Rubens (org.). Junho de 2013: a sociedade enfrenta o Estado. São Paulo: Summus, 2014.
- KURZ, Robert. O colapso da modernização – da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992
- MACEDO, Roberto. “Uma visão econômica e política dos protestos juninos”. In FIGUEIREDO, Rubens (org.). Junho de 2013: a sociedade enfrenta o Estado. São Paulo: Summus, 2014.
- MPL (Movimento Passe Livre- São Paulo). “Não começou em Salvador. Não vai terminar em São Paulo”. In Vários Autores. Cidades Rebeldes – passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Carta Maior e Boitempo, 2013
- PRONZATO, Carlos. Acabou a paz! Isto aqui vai virar o Chile! Escolas ocupadas em São Paulo. Rio de Janeiro: Lamestiza audiovisual, 2016 (documentário cinematográfico)
- REYS, João Paulo. “Um panorama dos dias quentes de junho de 2013 e além”. In BORBA, Maria; FELIZI, Natasha e REYS, João Paulo (orgs) . Brasil em movimento – reflexões a partir dos protestos de junho. Rio de Janeiro: Rocco, 2014
- SAKAMOTO, Leonardo. “Em São Paulo, o Facebook e o Twitter foram às ruas”. In Vários Autores. Cidades Rebeldes – passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Carta Maior e Boitempo, 2013

SCHMITT, Rogério. “Os jovens na população brasileira: uma breve análise política”. In FIGUEIREDO, Rubens (org.). Junho de 2013: a sociedade enfrenta o Estado. São Paulo: Summus, 2014.

SECCO, Lincoln. “As Jornadas de Junho”. In Vários Autores. Cidades Rebeldes – passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Carta Maior e Boitempo, 2013

SORJ, Bernardo. “Entre o local e o global”. In FIGUEIREDO, Rubens (org.). Junho de 2013: a sociedade enfrenta o Estado. São Paulo: Summus, 2014.

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. “A vez do direito social e da descriminalização dos movimentos sociais”. In Vários Autores. Cidades Rebeldes – passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Carta Maior e Boitempo, 2013

STÉDILE, João Pedro. “Entrevista” . In BORBA, Maria; FELIZI, Natasha; Reys, João Paulo (orgs). Brasil em movimento: reflexões a partir dos protestos de junho. Rio de Janeiro: Rocco, 2014

VÁRIOS AUTORES. Cidades Rebeldes – passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Carta Maior e Boitempo, 2013

WALLERSTEIN, Immanuel. “1968, Revolution in the World-System: theses and queries”. In The Essential Wallerstein. New York: The New Press, 2000a

_____. “Culture as the ideological battleground of the Modern World-System”. In The Essential Wallerstein. New York: The New Press, 2000b

_____. Após o Liberalismo- em busca da reconstrução do mundo. Rio de Janeiro: Vozes, 2002a.

_____. O fim do mundo como o concebemos – Ciência Social para o século XXI. Rio de Janeiro: Revan, 2002b.

_____. Utopística ou as decisões históricas do século vinte e um. Rio de Janeiro: Vozes, 2003

_____. O declínio do poder americano. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

_____. Análisis de Sistemas-mundo. Uma introducción. México: Siglo XXI, 2005.

_____. “The economic recovery that isn’t happening”. Commentary No. 335, Aug. 15, 2012, disponível em <http://iwallerstein.com/economic-recovery-happening/>), acesso em 16/5/2016

_____. “Uprisings here, there, everywhere”, Commentary No. 356, July 1, 2013, disponível em <http://iwallerstein.com/uprisings/>), acesso em 16/5/2016. Versão em português disponível em <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Movimentos-Sociais/Wallerstein-Levantes-aqui-ali-e-em-toda-parte/2/28373>